



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XVI - Nº 298 - DE 24 DE ABRIL A 09 DE MAIO DE 2005 - R\$ 1,50

1º de Maio é dia Internacional de Luta antiimperialista e anticapitalista!

Abaixo a reforma sindical totalitária do governo do PT/Lula!

Abaixo a reforma universitária privatista!

Abaixo a reforma da previdência de FHC/Lula!

Não à reforma trabalhista neoliberal!



O caráter burguês do governo do PT/Lula e suas reformas neoliberais condicionam um reagrupamento político, com cisões e rearranjos.



Professores-SP:

A luta da Corrente Proletária pelo programa no interior da Oposição Unificada



Movimento Operário: Burocratas agriquem a oposição, que aumenta influência na Volks, mas não poderá inscrever chapa

Internacional: Bolívia e Espanha

Quinzena de Lutas

“Reforma agrária vai a passos de tartaruga”

Utilizando-se da tática reformista de canalizar o movimento camponês do chamado “abril vermelho” para a pressão parlamentar, o líder do MST, João Stédile, foi atrás dos deputados. O objetivo era questionar a lentidão do governo em relação às promessas de assentamentos. Nessa reunião, reclamou aos parlamentares que a reforma agrária do governo Lula vai a “passos de tartaruga”.



Pouco depois, Stédile afirmava que Lula é um aliado da reforma agrária. Dizia assim: “Não acredito que, do fundo do coração, o presidente acredite que essa política econômica resolva os problemas”.

Como vemos, a direção do MST segue a mesma política da chamada esquerda petista. Ou seja, de que esse governo está em disputa (ora pende para o lado dos trabalhadores, ora para o lado da burguesia). Essa posição leva o movimento camponês a uma sinuca de bico, pois, para ela, a luta contra o latifúndio não pode desestabilizar o governo. Para eles, a reforma agrária tem de ser uma concessão do Estado (pela lei). Daí a política de assentamentos em terras compradas pelo governo ou naquelas que são públicas.

Essa política não serve ao movimento sem-terra. Isso por que a reivindicação do acesso à terra implica a luta de classe, entre camponeses e burguesia agrária. O Estado responde aos interesses da burguesia e, por isso, está a serviço da proteção da propriedade privada. Não por acaso têm crescido os conflitos no campo e os assassinatos de camponeses pobres e de suas lideranças.

Os camponeses sem terra devem contar com suas próprias forças e com a aliança de classe, que é a do proletariado. Os parlamentares legislam em favor do capital. Não há possibilidade de democratizar o Estado para que este atue em favor dos oprimidos, em particular aos sem-terra. Essa via, expressa pelas direções do movimento camponês, tem de ser combatida para que a reivindicação do acesso à terra seja imposta pela força da luta de classe.

MST comemora a 19ª ocupação em Pernambuco

Cerca de 83 famílias do MST ocuparam a fazenda Bezeras, no agreste pernambucano. A propriedade tem cerca de 1,6 mil hectares.

Desde o começo do chamado “Abril Vermelho”, 19 fazendas já foram ocupadas somente no Estado de Pernambuco. O objetivo do MST é pressionar o governo a cumprir a meta prometida de assentar 130 mil famílias em todo o Brasil.

Queda Salarial

Dados publicados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) demonstraram que em março pelo terceiro mês seguido a renda média dos trabalhadores caiu na grande São Paulo. Comparando com o mesmo período do ano passado a renda caiu cerca de 4,9%. Este é o nível mais baixo registrado pelo Dieese e a Seade desde 1985, quando esta pesquisa começou a ser realizada no país. É a maior queda em 20 anos.

Este fenômeno é fruto do arrocho salarial. Diante do crescente desemprego, os patrões criaram vários mecanismos para diminuir os salários e aumentar a exploração da mais-valia. Um dos responsáveis pela queda da renda mínima do trabalhador foi o aumento da rotatividade no trabalho (demissões entre os salários mais altos e contratações por salários mais baixos). Para o Dieese, o índice médio de rotatividade em São Paulo é de 33%. Em algumas regiões este mecanismo de exploração chega aos 60%.

Essa situação é resultado da política econômica do governo PT/Lula. Enquanto os capitalistas lucram rios de dinheiro, a classe operária e demais explorados padecem com o desemprego e o arrocho salarial.

A burocracia sindical da CUT e da Força Sindical é favorável às reformas neoliberais, que vêm sendo implantadas pelo governo. Está aí porque diante do desemprego e do arrocho salarial não há um movimento em defesa dessas reivindicações.

Os trabalhadores devem combater essas direções vendidas que submetem os sindicatos à política dos patrões e do governo.

Pressão do imperialismo

O governo PT/Lula não consegue resolver as contradições entre as frações da burguesia nacional e as exigências do imperialismo. Um recente exemplo disso foi a crise gerada com as medidas que o ministro da Saúde, Humberto Costa, tentou implementar. Pretendia criar restrições para a internação de pacientes nas UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) do país.

Tratava-se de uma medida governamental para satisfazer a pressão imperialista de cortar verbas do orçamento das áreas sociais. O objetivo é canalizar os recursos para o pagamento das dívidas interna e externa. Para isso, o Ministro precisava restringir os leitos de unidade intensiva só para pacientes graves com chances reais de recuperação.

O governo esperava que a medida, por estar de acordo com a meta imperialista de corte de gastos, fosse aprovada sem polêmicas. Porém, isso causou reações negativas em setores médicos e no Congresso.

Aproveitando essas reações, a “oposição” parlamentar e eleitoral coloca-se contra os cortes nas UTIs, buscando ganhar dividendos eleitorais.

Para os trabalhadores, isso é exemplo para mostrar como o sistema capitalista, em seu estágio de decomposição, não tem condições de minimamente proteger vidas humanas. A medida de corte nas UTIs é de ataque à maioria trabalhadora que necessita da saúde pública e de avanço da privatização. A burguesia tem seu sistema de saúde e todos os recursos de proteção de suas vidas.

A reivindicação de um único sistema de saúde público e estatal, sob o controle dos trabalhadores é democrática e implica a luta contra os governos subservientes às diretrizes imperialista de mercantilização da saúde.

O PT neoliberal, cisões e correntes de esquerda internas

O documento "Bases para um Projeto para o Brasil" incorporou a política do governo Lula de continuidade às diretrizes neoliberais implantadas por FHC e traçadas pelo FMI. A especulação sobre divergências entre os ministros José Dirceu e Antonio Palocci ficou para trás com a redação comum do documento. Está tudo correto: superávit primário gigantesco para pagar as dívidas interna e externas, altas taxas de juros que servem aos parasitas, carga fiscal que coíbe a produção, impostos sobre as massas, contenção de gastos sociais (assentamentos etc), subsídios ao grande capital exportador, salário mínimo de fome, maior aperto na Previdência contra os assalariados, reforma do ensino superior privatista, reforma sindical intervencionista etc.

Em 2001, Olinda, o Encontro Nacional do PT aprovou um documento chamado "A Ruptura Necessária", que pressupunha um governo distinto e oposto ao do PSDB em matéria de política econômica. Assim que ficou clara a possibilidade de vitória da coligação Lula \ José Alencar, o capital financeiro exigiu um posicionamento do PT contrário ao prescrito no texto "A Ruptura Necessária". Exigência que uniu toda a burguesia.

Com a "Carta aos Brasileiros", a direção do PT e Lula anularam a posição de Olinda num passo de mágica. As esquerdas do partido, principalmente O Trabalho, espernearam, mas se sujeitaram, trabalharam pela vitória da coligação PT \ PL e fazem oposição consentida.

Na medida em que o governo Lula caminha com as reformas reacionárias, torna-se parte da estrutura oligárquica do Estado, reproduz as relações políticas dos partidos oficiais, amplia sua aliança para o PMDB, depende de partidos direitistas como PP malufista, PTB etc, pratica e protege a corrupção, alargam as cisões internas. As expulsões de parlamentares que questionaram alguns aspectos da capitulação do PT no governo às forças oligárquicas e pró-imperialistas deram lugar à formação do PSol, ala esquerda reformista. Esse acontecimento é parte das contradições do reformismo.

O PT majoritário e seu governo abandonaram o palavreado reformista e assumiram seu papel de representantes do grande capital. As esquerdas internas alimentam a ilusão de que o PT é uma coisa e outra é o governo. Como são frações do PT, não podem admitir que são governo, com maior ou menor divergências e atritos. Para se construírem, as esquerdas petistas se adaptam ao PT e travam a luta interna de aparatos.

Frente ao Congresso que se aproxima e que elegerá o presidente do partido, as correntes opositoras se movimen-



O governo Lula face aos movimentos sociais: confronto para impor reformas neoliberais

tam para lançar uma candidatura unitária em contraposição à reeleição de José Genoíno.

Uma nova cisão se confirmou com a decisão do agrupamento denominado Movimento PT lançar a deputada gaúcha Maria do Rosário em disputa com o candidato da Articulação. Um de seus mais destacados líderes, Tilden Santiago, embaixador em Cuba, deixa claro que não pretende nenhuma mudança no objetivo central do partido, que é o de sustentar o governo. Eis uma de suas declarações: "A nossa posição é de apoio ao governo Lula, mas precisamos abrir o debate entre o partido e o governo". Evidencia que se trata de uma disputa no próprio campo majoritário oficialista. Não há desacordo com a linha geral desenvolvida pelo governo. O que se pretende é "fazer retificações que são necessárias no segundo mandato", nas palavras de Tilden.

José Dirceu e Arlindo Chinaglia propuseram um acordo para manter a unidade do campo oficialista, considerada essencial para a reeleição de Lula. Ocorre que o PT terá de compor uma coligação mais ampla do que a anterior. Procura-se uma coalizão com o PMDB. O Movimento PT, na realidade, objetiva pressionar a Articulação para ir um pouquinho à esquerda e sustentar a ilusão de que o PT pode mudar e, com ele, seu governo.

As correntes de esquerda se colocam no mesmo sentido. O PT será um abrigo seguro para os reformistas que se intitulam de marxistas enquanto puderem exercer uma oposição que, na aparência, as isentem de responsabilidade frente à política antinacional e antipopular do PT.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

1º de Maio Dia Internacional de Luta Anticapitalista e Antiimperialista

Abaixo a reforma sindical totalitária do governo PT\Lula!

Abaixo a reforma universitária privatista!

Abaixo a reforma da previdência de FHC\Lula!

Não à reforma trabalhista neoliberal!

No 1º de Maio de 2002, o candidato Lula afirmou, em São Bernardo, que os trabalhadores poderiam acreditar que, se eleito, faria um governo de reformas a favor dos pobres, dos favelados, dos camponeses sem-terra, os desempregados e da juventude. O PT unido defendeu a vitória de Lula como sendo a chegada de um operário na Presidência da República, que permitiria avançar a luta contra a fome e a miséria. A Igreja levantou a bandeira do saber votar. O voto certo no PT\Lula traria um governo dos oprimidos. Uma grande campanha arrastou as massas por detrás do chamado "agora é hora da esperança".

No entanto, o PT e Lula negociaram com setores da burguesia interna e com o imperialismo a Carta aos Brasileiros. Deixaram claro o compromisso de manter a diretriz econômica de proteção ao grande capital e, especialmente, aos banqueiros in-

ternacionais.

A Carta aos Brasileiros foi uma declaração contra a vida dos explorados. Uma demonstração de que a promessa de 10 milhões de novos empregos, três pratos de comida a todos brasileiros e reforma agrária não passava de mentiras para ganhar o apoio dos pobres e desempregados da cidade e do campo. A verdadeira intenção era de pagar a dívida interna e externa, atender o grande capital e aplicar reformas que amordaçassem ainda mais os sindicatos, ajudassem os empresários da educação, economizassem com a Previdência sacrificando a maioria e flexibilizassem as relações de trabalho.

O 1º de Maio é um momento para constituir um movimento unitário para pôr abaixo as reformas neoliberais desse governo vendido e traidor.

Abaixo o salário mínimo de fome!

Fim do desemprego!

Nenhum jovem sem emprego e escola!

O PT\Lula prometeu dobrar o salário mínimo, o que não poria fim à fome. Como outros governos e partidos burgueses, mentiu para o povo. O salário de R\$300,00 não permite uma família viver.

Os petistas argumentaram que seu governo precisava de tempo para alcançar a meta. Mais uma mentira. Com o recente projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária, a previsão é de que no mandato de Lula o aumento real não ultrapassará 15%. Igual a todos governos capitalistas, o do PT\Lula é de fome da maioria.

O mesmo diz respeito ao desemprego. Continua a situação massiva de desempregados. E cada vez mais os empregos são precários e os salários aviltantes. A juventude padece ficando fora da produção e da escola.

O 1º de Maio deve rejeitar o salário mínimo de fome e exigir o salário mínimo real, calculado pelas assembléias. Deve exigir emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho e para a juventude uma jornada de no máximo 4 horas e o restante do tempo para os estudos.

Abaixo a Farsa da Reforma Agrária!

Chega de assassinatos de líderes e trabalhadores!

Foi prometido assentamento de 400 mil famílias. Afirma ter assentado 115 mil. O MST desmente. Ao contrário de criar recursos para assentamentos e meios de sustentabilidade, o governo cortou verbas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os latifundiários continuam a matar trabalhadores e lideranças. A apuração do assassinato da religiosa Dorothy Stang não chega ao consórcio de grileiros e madeiros. Outros crimes da burguesia continuam impunes. As terras griladas permanecem sobre o controle dos capitalistas.

Sob o governo do PT, evidencia-se a farsa da reforma agrária pela via dos assentamentos. Essa forma legal, que indeniza ricamente os latifundiários e que ludibria parte dos sem-terra

com a possibilidade de assentamentos a conta gotas, não tem como breca a luta de classe no campo. O fracasso desse governo, nesse sentido, abrirá caminho para ações repressivas mais violentas dos próximos governos contra o movimento agrário.

O 1º de Maio tem a tarefa de exigir que o governo Lula cumpra suas promessas aos sem-terra e que atenda as reivindicações dos camponeses pobres. Que todos os crimes dos latifundiários sejam reabertos e punidos. Que o movimento se coloque por viabilizar um Tribunal Popular contra os crimes dos exploradores. Direito à autodefesa armada contra a violência do Estado e dos latifundiários. Nossa bandeira é fim dos latifúndios pela expropriação sem indenização, nacionalização das terras e seu controle pelos trabalhadores agrários.

Fora as tropas imperialistas dos países ocupados!

Retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti!

Vivemos uma época de ofensiva militar do imperialismo sobre países semicoloniais, povos e movimentos que não acatam suas ordens. A farsa montada pelos Estados Unidos\Inglaterra para justificar a invasão do Iraque está totalmente desmascarada. Os invasores praticaram genocídio para controlar as fontes de energia e se imporem militarmente na região. O mesmo se passou e passa com o Afeganistão. No Haiti, Estados Unidos e França derrubaram o governo e impuseram a ocupação.

O governo Lula se mostra conivente com os métodos das potências. Seguiu a França e Alemanha na oposição à ocupação do Iraque. Mas essas potências se submeteram, finalmente, à diretriz dos Estados Unidos. Passaram a apoiar a política nor-

te-americana pós-invasão. O governo PT\Lula foi incapaz de denunciar a farsa do imperialismo e exigir a retirada das tropas. Pior: aceitou o golpe contra o governo do Haiti e colabora com a ocupação.

Certamente, um governo que não tem independência para traçar a política econômica do país não poderá tê-la para responder ao militarismo imperialista.

O 1º de Maio da classe operária e demais trabalhadores deve rechaçar a subserviência do governo Lula ao imperialismo. Exigir a retirada imediata das tropas do Haiti. Apoiar a resistência do povo iraquiano e ajudá-lo a expulsar os invasores. Nossa bandeira é direito a autodeterminação dos povos.

Pela independência da CUT e dos sindicatos!

Conquistar a democracia sindical!

Com o PT no poder, a CUT e sindicatos passaram a ser esteios diretos do governo. A burocracia dirigente elevou a estatização das organizações sindicais. Adaptou-as ainda mais aos interesses da classe capitalista, colocando-as subordinadas à política econômica e às reformas antinacionais e antipopulares.

A reforma sindical precede a reforma trabalhista com o objetivo de legalizar a já implantada flexibilização do trabalho. A "flexibilização" vem aumentando a exploração, rebaixando os salários, desqualificando a mão de obra, arrancando direitos trabalhistas, precarizando as contratações e facilitando as demissões. A reforma sindical é patrocinada pela burocracia corrupta, entreguista e gangsteril. Expressa a decomposição do capitalismo e o atraso da consciência política das massas.

No entanto, a luta de classe não tem como ser eliminada. O combate dos trabalhadores contra a exploração e a fome, contra a grande propriedade, sofre o obstáculo das direções vendidas. Mas as contradições do regime de exploração levam os oprimidos inevitavelmente à luta. Está aí a importância decisiva do

combate no seio dos trabalhadores à burocracia estatizante. A defesa das reivindicações vitais, a contraposição radical às reformas neoliberais, a oposição ao imperialismo e a luta pela independência e democracia sindicais são ponto de partida para impulsionar o movimento das massas e quebrar o poder da burocracia estatizante.

O 1º de Maio tem a tarefa de denunciar as direções corrompidas, pró-governamentais e pró-capitalistas. Colocam-se as bandeiras de recuperar a CUT e os sindicatos para as lutas, conquistar a independência frente ao Estado e aos partidos da burguesia e implantar a democracia proletária. Por sindicatos que defendam as reivindicações dos assalariados, que se baseiem nas assembleias, que haja direito de manifestação de todas as posições identificadas com o movimento, fim do gangsterismo da burocracia, fim do carreirismo corruptor, eleições sindicais por chapas, convocadas amplamente, debatidas entre os trabalhadores e limpas. Que os Congressos da CUT sejam de base, que tenham maioria de representação operária.

Unidade operária e camponesa contra a fome e a miséria!

Frente única dos explorados para enfrentar a crise capitalista!

Frente única antiimperialista!

Toda e qualquer ilusão de que a vida dos trabalhadores irá melhorar no futuro serve aos exploradores. O capitalismo não amenizará a miséria, como prevêm os planos demagógicos do imperialismo. O assistencialismo burguês, como o Fome Zero e o Bolsa-família, não passa de migalhas para retardar a revolta das massas.

Por todo o país, os explorados enfrentam a mesma tragédia. Multidões vivendo em cortiços e favelas, sem-teto, sem-saúde, sem-escola, sem-terra e sem-comida.

Como enfrentar essa situação social? O ponto de partida é unir a maioria explorada em defesa das reivindicações. Emprego, salário, moradia, saúde, educação e terra aos camponeses. Contra a fome: emprego a todos e salário mínimo real. Contra os males da pobreza: saúde gratuita a todos, escola pública em todos níveis a todos e plano de moradia para erradicar as condições miseráveis de habitação.

O governo do PT\Lula nasceu atado ao imperialismo. Não

se dispôs a enfrentar o grande capital, apoiando-se nas massas oprimidas. Sangra o país e a vida da população pagando juros bilionários aos banqueiros. É preciso combater o entreguismo do PT\Lula, organizando uma frente única antiimperialista, pelo não pagamento das dívidas interna e externa, denúncia dos acordos com o FMI, publicação de todos acordos secretos e expropriação do grande capital e independência do país.

Nenhum apoio ao governo Lula!

Nenhuma ambigüidade frente ao governo antinacional e antipopular!

Oposição revolucionária!

A burocracia sindical – Marinho, Feijó etc – empenha-se em colocar a CUT e sindicatos a serviço do governo. O que significa atrelar a classe operária e demais explorados à política burguesa. Seguem a posição de Lula de que os sindicatos têm de se adaptar às condições atuais do capitalismo. Devem, por meio da burocracia dirigente, participar, juntamente com o empresário, em organismos estatais, criados para esse fim, e limitar as reivindicações ao jogo parlamentar. Desta forma, a Central e os sindicatos colaboram para a implantação das políticas públicas do governo, em colaboração com os capitalistas. Em lugar dos sindicatos de luta de classe, está se implantando “o sindicato cidadão”, o sindicato de parceria com governo e setores empresariais.

Como se vê, o PT e sua burocracia sindical ampliam e aprofundam o peleguismo, leva longe a diretriz getulista de manter os sindicatos sob a tutela do Estado. Desta vez, com a aparência de democracia e de voluntarismo dos dirigentes, apresentam a colaboração como se fosse vontade dos trabalhadores.

O que o Estado Novo de Getúlio não conseguiu com a imposição ditatorial e nem mesmo o ciclo da ditadura militar com o intervencionismo direto, o governo “democrático e popular do PT” está impondo por meio de sua burocracia sindical. Estamos diante de um exemplo histórico em que o controle dos sindicatos por um partido vinculado ao Estado leva à estatização das organizações operárias.

As esquerdas petistas minoritárias capitulam ao fazer uma

O 1º de Maio deve levantar a bandeira de unidade dos explorados do campo e da cidade. Enfrentar a burguesia organizada em seu Estado (partidos, justiça, polícia). Nossa bandeira é de unidade contra a pobreza, fome e miséria. Unidade contra a opressão social, contra a violência reacionária do Estado e das milícias particulares. Frente única antiimperialista pela independência do país!

oposição consentida e de fachada. Colaboram com o apoio a Lula ao distinguir o PT do governo. Defendem o PT, querem preservar o PT, mascarando a responsabilidade desse partido que se aburguesou completamente.

As esquerdas opositoras ao PT e ao governo, por sua vez, relutam em ter clara a caracterização de Lula – capitalista e pró-imperialista. Levantam a bandeira genérica de “oposição ao governo”. Mantêm a oposição no campo da democracia burguesa – eleitoral e parlamentar.

É preciso rechaçar o apoio aberto ou disfarçado, e também ao oposicionismo oportunista.

A oposição revolucionária implica ajudar as massas a superarem suas ilusões por meio das reivindicações, do método da ação direta, do combate à burocracia sindical, da demonstração que o governo Lula é capitalista, que sua política é ditada pelo capital financeiro e que o PT é o esteio principal desse governo. Com a oposição revolucionária, mostramos pela experiência que a emancipação dos trabalhadores, o fim da exploração e da fome depende da revolução e ditadura proletárias. O governo democrático e popular das esquerdas petistas fracassou por ser burguês – a luta é por um governo operário e camponês conquistado pela revolução social.

O 1º de Maio deve denunciar o governo Lula como opressor do povo e entreguista do país ao imperialismo! Esse é um governo que enganou as massas com promessas. Oposição revolucionária ao governo patronal do PT\Lula.

Internacionalismo proletário

Construir o Partido Operário Revolucionário

O PT fracassou na tarefa de constituir um governo das massas oprimidas. Fracassou por ser um partido da democracia burguesa, portanto, da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria nacional oprimida. De pretensão partido dos trabalhadores, constituiu-se em partido das oligarquias. A sua face ética deu lugar à velha corrupção e alberga ladrões conhecidos. O reformismo popular petista se transformou em pró-imperialista. Sua cidadania virou caricatura assistencialista do Fome Zero. A tão cantada inclusão social resultou em proteção aos latifundiários. A propalada autonomia sindical mudou para estatização da CUT\sindicatos.

E as esquerdas? Fazem de conta que nada têm a ver com o PT do FMI. Defenderam um “governo democrático e popular do PT”, um “governo dos trabalhadores do PT”, “um governo dos trabalhadores da cidade e do campo do PT”, um governo de Lula baseado na CUT” etc. Fizeram campanha “vote no PT por um governo dos trabalhadores”. Todos tiveram uma estra-

tégia eleitoral para o PT, todos não fazem questão de lembrar o passado recente.

O POR denunciou essas adaptações ao reformismo ascendente. A estratégia do proletariado é uma só: a do governo operário e camponês, expressão do proletariado no poder em aliança com as massas camponesas oprimidas, ou seja, a ditadura do proletariado. Jamais iríamos e iremos defender uma estratégia de poder para o reformismo.

Temos a tarefa histórica de organizar o Partido Operário Revolucionário, internacionalista, baseado nas conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo. Recuperar os quadros marxistas destruídos pela política mundial do estalinismo é uma tarefa árdua, mas já em andamento.

Neste 1º de Maio, chamamos os trabalhadores e a juventude a se colocarem pela construção do Partido Operário Revolucionário. A defenderem o marxismo internacionalista.

Chamado aos operários, camponeses pobres, assalariados de classe média e juventude

A burocracia da CUT está dando mais uma vez seu show musical. A burocracia da Força Sindical faz rico sorteio. Arrecadaram dinheiro do Estado e dos capitalistas. Suas festas servem para enganar os trabalhadores. Drogam os sent dos da juventude com apresentações. Fazem o 1º de Maio um circo. Sobre o dia de lembrança dos trabalhadores de Chicago assassinados e de luta mundial dos explorados, os burocratas do PT e da Força Sindical realizam a alegria dos capitalistas de poderem continuar matando e explorando. **Chamamos os oprimidos a dizer não às festas dos burocratas vendidos!**

O capitalismo está apodrecido. Só reserva miséria e fome para a maioria. As guerras dos Estados Unidos contra o Iraque e Afeganistão atrasados mostram outra face da barbárie. A violência reacionária de Israel contra as massas palestinas é parte do domínio imperialista do Oriente Médio pela força das armas. O massacre do povo checheno pelo Estado russo expressa a restauração do capitalismo. As exigências cada vez maiores dos Estados Unidos sobre a América Latina e o aumento do intervencionismo são sintomas de que o capitalismo mundial tem de sacrificar mais e mais continentes inteiros. É o que se

passa, com mais gravidade ainda, com a opressão colonizadora sobre a África.

Mas em toda parte as massas se lançam à luta. Entre nós, a Bolívia caminha para a revolução. Os levantes não cessam, agora Equador. Falta-nos o partido mundial da revolução. O estalinismo destruiu a III Internacional. O POR boliviano, brasileiro, argentino e chileno encabeçam a tarefa de reconstruir a IV Internacional. **Chamamos os oprimidos a se despertarem para a tarefa de reconstruir a IV Internacional. Nosso objetivo é os Estados Unidos Socialistas da América Latina, parte da revolução mundial.**

Os trabalhadores e a juventude oprimida nada podem esperar do capitalismo e dos seus partidos. É preciso destruir a grande propriedade burguesa e transformá-la em propriedade coletiva dos meios de produção. Lutamos pela sociedade sem classe. Lutamos pelo comunismo.

Chamamos os oprimidos a se enfileirarem na tarefa da revolução social. Enterremos o capitalismo e com ele toda miséria, desigualdades, discriminações, guerras e opressões de uma nação sobre outra.

Rondônia

Entrega das terras aos camponeses acampados

A família do latifundiário Antônio Morimoto exige que o governo cumpra a ordem de despejo dos acampados de Alto Alegre dos Parecis. As terras reivindicadas por Morimoto são griladas e, mesmo assim, a juíza Sandra Beatriz expediu limitar de reintegração de posse da área. O que protelou a expulsão dos camponeses foi a realização de uma audiência pública, no dia 18 de março em Alto Alegre dos Parecis, que aprovou uma reunião com o governador Ivo Cassol (PSDB), Comissão de Conflitos Agrários, Morimoto e líderes do MST. Criou-se uma expectativa de que a família Morimoto poderia vender as terras, o governo comprar e, com isso, o despejo ser evitado

O Partido Operário Revolucionário (POR-Rondônia) denunciou a família Morimoto como grileira. Mostrou o papel da Justiça burguesa de proteção aos latifundiários e de repressão aos camponeses pobres. Criticou a política do PT/Lula que prometeu a reforma agrária e que não se materializou. Denunciou o servilismo dos governos Lula e de Rondônia diante da violência reacionária dos ruralistas. Alertou os camponeses para que nenhuma ilusão fosse criada em torno das audiências entre governo, Morimoto e lideranças do movimento sem terra. E exigiu que as terras de Morimoto fossem entregues aos camponeses acampados.

Defesa do acampamento Che Guevara

Os camponeses do acampamento Che Guevara não devem deixar a terra onde já produzem. Estima-se que a produção desse acampamento ultrapassará os 20% do PIB do município de Alto Alegre dos Parecis. Para executar o ordem judicial, está se armando uma operação de guerra: 450 policiais, helicóptero, bombas e veneno, além de 30 jagunços contratados pelos Morimotos. Tudo isso para reprimir 500 trabalhadores. A expulsão desses camponeses será mais um crime da burguesia latifundiária.

Mesmo depois de protelar por 75 dias a desocupação da área, os camponeses não devem se iludir com as promessas. É preciso preparar a resistência, o que pressupõe a organização dos comitês de auto-defesa.

Os trabalhadores e a juventude de Rondônia devem se colocar na defesa do acampamento e contra a desocupação planejada pelo Estado e pelo latifundiário.

Carta/denúncia

A Corrente Proletária Camponesa divulgou uma carta aos trabalhadores. Eis a essência:

Em defesa dos camponeses sem-terra do acampamento Che Guevara. A família Morimoto reivindica sua posse e quer expulsar as mais de 500 pessoas, que se alimentam do frutos advindos do cultivo daquela terra, localizada na cidade Alto Alegre dos Parecis. É preciso denunciar e se colocar contra a expulsão dos camponeses e pela expropriação, sem indenização.

Aos delegados da Plenária Estadual da CUT

Reconquistar a CUT para a luta dos trabalhadores

O principal problema atual da CUT é a política da direção petista que a subordinou ao governo Lula. Está colocada a tarefa de derrotar a política colaboracionista e conquistar a independência da CUT.

Ficou clara a farsa de que a CUT era independente dos partidos. O PT controla a Central e coloca-a a serviço de seu governo. O que a torna correia de transmissão das medidas governamentais. O PT, por meio de sua burocracia sindical, elevou o grau de estatização da CUT e dos sindicatos.

No Congresso anterior, aprovou-se o apoio à candidatura do PT\Lula. Estamos agora para realizar o novo Congresso com a CUT totalmente submissa ao governo do PT.

Saiu o PSDB de FHC e entrou o PT de Lula. E para quê? Para manter os acordos com o FMI, assegurar os interesses do capital financeiro e dar continuidade a medidas que garantam a sangria do país.

Lula governa para os capitalistas, favorece particularmente os banqueiros e mantém a miséria dos explorados.

A CUT já vinha paralisada sob o governo de FHC. Sob o governo do PT\Lula, agrava a ação do aparato sindical contra qualquer mobilização de massa ou contestação às reformas neoliberais.

A tarefa número um é a de independizar e democratizar a CUT e reconquistá-la como organismo de centralização do movimento operário, camponês e demais explorados. Todo trabalhador consciente sabe que uma direção sindical submetida ao governo e ao Estado transforma os organismos das massas em instrumento de conciliação com os capitalistas. Está aí por que lutamos para arrancar a direção traiadora do comando da CUT, defendendo a sua independência.

Oposição revolucionária ao governo Lula

A independência da CUT só virá com a ruptura com o governo. Nenhum apoio à Lula. Oposição revolucionária a suas reformas neoliberais.

Os trabalhadores foram iludidos com promessas de medidas favoráveis aos assalariados e camponeses sem-terra. Mas o que de fato valeu foi o compromisso da Carta aos Brasileiros com os banqueiros internacionais.

O fato do governo se submeter aos acordos impostos pelo FMI colocou-o a serviço da diretriz mundial do imperialismo. A contenção de verbas no orçamento social é um reflexo do comprometimento de pagar altos juros das dívidas internas e externas.

O não atendimento das reivindicações do MST de reforma agrária por meio de assentamentos - quando Lula havia prometido ir mais além do que foi FHC - indica que se escolheu proteger os capitalistas contra os pobres do campo. A promessa de dobrar o salário mínimo foi substituída por reajustes a conta-gotas. A Previdência sofreu novos "ajustes", taxando os inativos que recebem uma miséria, dificultando a aposentadoria dos servidores e aumentando sua contribuição.

As reformas em andamento - ensino superior e sindical - seguem a linha de proteção ao empresariado.

A do ensino fortalece os capitalistas da educação por meio do ProUni. Por outro lado, acena a "inclusão social" implantando o critério de cotas para o nível superior público. Nesse ponto, o governo pretende mostrar uma cara social para seu projeto privatista da educação. Ocorre que as vagas nas universidades federais são pouquíssimas, enquanto que a grande maioria pertence às privadas. É uma farsa a inclusão social do governo Lula.

A reforma sindical, por sua vez, é um atentado ao direito de greve, já limitado; reforça o poder da burocracia das centrais; cria a taxa negocial como fonte de arrecadação substitutiva ao imposto sindical e estabelece um critério de representação por local de trabalho que depende do patronato, contraposto às comissões de fábrica e implanta um organismo de conciliação de classe.

A reforma trabalhista foi adiada, mas já sabemos que a burguesia e a burocracia sindical pretendem regulamentar a flexibilização do trabalho.

Trata-se, portanto, de organizar o movimento das massas em contraposição ao conjunto das reformas e às medidas contrárias à vida dos trabalhadores. É preciso rechaçar a posição de que nas reformas do governo há pontos positivos e negativos. Os aparentes aspectos positivos não passam de uma máscara à essência pró-capitalista e antitrabalhadora das reformas.

Ao contrário da CUT se colocar pelo apoio às reformas, deve levar aos trabalhadores uma plataforma de reivindicações e de combate às medidas do governo. Deve organizar a partir dos sindicatos um movimento unitário dos explorados, combatendo o governo como oposição revolucionária.

Aprovar uma plataforma de luta

1. Que o governo cumpra imediatamente as promessas de 10 milhões de novos empregos, três refeições ao dia a todos os brasileiros e reforma agrária;

2. Emprego a todos implantando a escala móvel das horas de trabalho;

3. Um salário mínimo vital calculado pelas assembleias e escala móvel de reajuste salarial;

4. Saúde e educação gratuitas para toda a população. Estatização das empresas privadas de saúde e educação, e constituição de um sistema único estatal sob o controle dos trabalhadores;

5. Fim das reformas neoliberais. Exigência de uma Previdência estatal que abarque todos os assalariados, que corresponda às necessidades da existência e não da exploração do trabalho. Exigência de que o Estado reconheça o direito de livre organização sindical dos trabalhadores e o direito irrestrito de greve. Exigência de que haja vagas em todos os níveis de ensino para todos que queiram estudar, assegurando o acesso universal;

6. Que o governo rompa com o imperialismo. Fim de todos os acordos com o FMI. Não pagamento da dívida externa. Não à Alca. Contra o intervencionismo econômico e militar das potências sobre as semicolônias. Retirada imediata das tropas invasoras do Iraque e Afeganistão. Que o governo Lula deixe de colaborar com o intervencionismo imperialista no Haiti e retire as tropas brasileiras;

7. Combater os assassinatos no campo, organizando os comitês agrários de auto-defesa e estabelecendo a unidade operária e camponesa. Exigir que o governo do PT/Lula reabra todos os casos de assassinatos de camponeses, apresente todos os responsáveis e acabe com a impunidade dos crimes da burguesia contra os trabalhadores.

Retomar o método da ação direta

A direção da CUT paralisou a Central e amordaçou os sindicatos. Substituiu as reivindicações e as lutas por negociações nos fóruns do governo e no Parlamento. É preciso retomar o método grevista e a organização independente. Reconquistar os patamares de luta e avançar a organização independente e unitária da maioria oprimida. Que a Plenária da CUT aprove:

1. Uma campanha nacional contra as reformas neoliberais e defesa das reivindicações dos trabalhadores;

2. Convocar assembleias em todos os sindicatos para organizar massivamente a campanha nacional;

3. Realizar manifestações em todo o país;

4. Constituir um comitê de mobilização nacional para dar continuidade ao movimento e ampliar os métodos de luta.

RN: Manifesto da oposição no SINTE e na CUT

Hoje a CUT- Central Única dos Trabalhadores- passa por um processo de estatização profundo. Esse processo de integração ao Estado ficou mais claro com a chegada do PT ao governo federal. A direção da CUT tem engessado as lutas das categorias que estão tendo seus salários rebaixados, seus empregos tirados e direitos negados. Toda essa contenção das lutas nesse momento dar-se para que o governo Lula/PT consiga seguir a meta firmada com os organismos internacionais, que é aprovação integral de todas as reformas antinacionais e antipopulares.

Os sindicatos e centrais sindicais devem servir para aglutinar os trabalhadores na defesa de seus interesses coletivos. No entanto, o que temos visto são essas organizações dos trabalhadores serem utilizadas como forma de ajudar os governos a nos explorar. Essa linha é traçada pelas suas direções burocráticas ligadas ao PT/PCdoB que têm ajudado o governo na Reforma da Previdência, já preparam a Reforma Trabalhista e Sindical. Essa Plenária da CUT terá o caráter de levar os trabalhadores a

aceitarem passivamente a implementação dessas reformas para “ajudar o governo Lula”.

Nesse sentido, a nossa tarefa é mostrar para os trabalhadores que devemos manter de pé nossas reivindicações, que o governo só tem tomado medidas contra a classe trabalhadora e que devemos travar uma luta constante contra os governos e contra nossas direções traidoras.

No nosso sindicato da educação temos claro do perigo que é uma burocracia que está ligada ao governo. A direção do SINTE desde o início tentou derrotar a greve da categoria quando pretendia aprovar um eixo que não era o nosso reajuste. Não conseguiu! Os trabalhadores diante de suas necessidades impuseram a burocracia o reajuste salarial.

Uma luta conseqüente contra o governo e suas reformas, passa pela expulsão dessa burocracia que se apodera dos instrumentos de luta da classe trabalhadora, nos sindicatos e na CUT. Uma burocracia que tem acabado com a democracia operária, cerceando as oposições, impedindo que falemos nas assem-

bléias, utilizando-se do compadrio político para manter-se nos cargos e que tem feito carreirismo político com discursos falsos de que estão defendendo a categoria. No nosso estado temos exemplos claros como o deputado Fernando Mineiro e a deputada Fátima Bezerra, que ambos tem votado contra nós trabalhadores.

Por isso, a Corrente Proletária na Educação faz um chamado a todos aqueles companheiros que são contra o processo de estatização da CUT, que defende a independência dos sindicatos e da Central frente aos governos, e são contrários as reformas do governo Lula/PT, a nesta assembléia conformar conosco uma CHAPA para a eleição de delegados para a Plenária da CUT.

Em defesa da democracia operária nos sindicatos e Central

Pela independência frente aos governos

Pela derrubada das reformas neoliberais do governo Lula/PT através da ação direta

Pela constituição de uma frente única de combate ao governo e à burocracia.

A Conlutas no RN

O POR (Partido Operário Revolucionário) no RN vem dando um combate a posição divisionista do PSTU dentro do movimento sindical. A linha política de desfiliar os sindicatos da CUT para formar uma nova central sindical (a CONLUTAS), entra em contradição com a realidade objetiva do movimento de massa.

A CONLUTAS já nos mostrou sua importância como uma frente única de luta contra a burocracia sindical hoje instalada nos sindicatos e subservientes aos governos de Vilma e Lula/PT.

A experiência da luta na educação não é levada em consideração por aqueles que querem dividir o movimento e formar novos aparelhos.

O PSTU e a Fração Trotskista no subjetivismo não avaliam os acontecimentos diante dos seus olhos, um dos argumentos mais utilizados pelas duas correntes é de que a CUT está burocratizada não havendo mais espaço para um trabalho de luta interna.

Não conseguem explicar como a oposição (POR/PSTU/Fração Trotskista) na assembléia para a retirada de delegado para o Congresso da CNTE obtiveram 179 votos (9 delegados), contra 187 (09 delegados) da burocracia PT/Articulação. Na greve da educação a oposição-CONLUTAS em assembléia com a presença de 800 pessoas aproximadamente, reverteu o eixo da greve defendido pela burocracia o PCCV para o reajuste salarial, impondo uma derrota sem precedentes para a burocracia do SINTE-PT/PC do B, que vinha há anos alimentado a categoria com a discussão do plano.

Esses fatos são extremamente preciosos para mostrar como a CONLUTAS tem avançando sobre a burocracia e tem feito um trabalho de frente única das oposições, barrando e dificultando o trabalho da direção traidora do SINTE-RN nos seus intentos. Essa situação de disputa no interior dos sindicatos conse-

quentemente irá refletir na CUT. No embate cotidiano com a burocracia, os fatos concretos vão desmontando os argumentos subjetivistas do PSTU e Fração Trotskista feitos por cima da luta de classes.

O POR trabalha para barrar a política aventureira-divisionista do PSTU/FT transformar a CONLUTAS numa nova central sindical, deixando claro que sua política é de reforçar o papel da CONLUTAS como uma frente única das oposições contra o governo e a burocracia sindical, que essa atue no interior dos sindicatos e da CUT como fração revolucionária defendendo a democracia operária e a independência dos organismos de luta da classe trabalhadora frente aos governos, exigindo que o governo Lula/PT cumpra suas promessas de campanha, para ajudar os trabalhadores a romperem com as ilusões, denunciando e se contrapondo às reformas neoliberais desse governo através do método de ação direta.

Eleições da Apeoesp

Por que uma chapa da oposição unificada

O Partido Operário Revolucionário e a Corrente Proletária na Educação participaram da Convenção para a discussão do programa e constituição da chapa oposicionista. É importante ressaltar as razões que levaram a essa participação, haja vista que em muitas eleições da Apeoesp estivemos separados dessas correntes, entre elas do PSTU que compõe com outros agrupamentos a Oposição Alternativa. Eis algumas delas:

1. O PSTU comparecia nas eleições da Apeoesp como uma ala crítica da política do PT. Não podia estar em choque com o PT porque a maioria da Oposição Alternativa era petista, empenhada na vitória do PT. Com diferenças de graus, toda Oposição Alternativa se colocou pela chegada do governo Lula ao poder do Estado. Mas o compromisso do PT/Lula com as diretrizes do FMI e com a implantação das reformas neoliberais provocou divisões dentro da Oposição Alternativa. Uma parte, constituída pela Alternativa Sindical Socialista (ASS), rompeu. Outra aliou-se com os petistas expulsos (Heloisa Helena etc) em torno do P-SOL, permanecendo na Oposição Alternativa. Isso mostra um realinhamento das correntes diante do caráter pró-imperialista assumido pelo governo Lula.

2. O PSTU assumiu uma feição de oposição ao governo do PT/Lula. Fato que se evidenciou com a política da direção da CUT de apoiar a Reforma Sindical, que anula a independência dos sindicatos e da Central diante do Estado e fortalece a casta burocrática da CUT, responsável pela governabilidade de Lula no interior da classe operária e demais explorados. A perda de poder dessa ala esquerda que dirige alguns sindicatos, empurrou o PSTU para a política aventureira e sectária de romper com a CUT e criar uma nova Central por meio da Conlutas. Essa conduta colocou o PSTU como adversário do governo Lula e das reformas antinacionais e anti-populares. O que provocou a saída da ASS da Oposição Alternativa e o aglutinamento de correntes em torno da mobilização contra as reformas e da cisão da CUT. Como direção da Conlutas, impri-



Assembléia dos professores de 20 de abril contou com expressiva participação da Oposição

miu à maioria da Oposição Alternativa sua visão equivocada de dividir os sindicatos por meio da desfiliação da CUT. Embora aprovando essa bandeira, dentro da Oposição Alternativa permaneceu um setor do P-SOL favorável a não-desfiliação. E dentro da Conlutas, outras correntes sectárias aproveitaram o caminho para criticar o PSTU de não se colocar imediatamente por uma central "soviética".

3. O realinhamento das correntes permitiu ao POR intervir na Conlutas como uma frente única de ação contra as medidas e as reformas neoliberais do governo Lula. Ao mesmo tempo, defendendo a não divisão da CUT. Essa situação coloca como tarefa intervir também no processo das eleições sindicais. O fato de estarmos numa frente única com a Conlutas contra o governo nos obriga a atuar em todos os campos onde está em questão a unidade frentista e a ação direta em defesa das reivindicações da maioria explorada. Assim, atuamos na plenária da Oposição Unificada defendendo o programa da Corrente Proletária e travando a luta contra a posição do PSTU de divisão da CUT.

Convenção da Oposição Unificada

Houve uma discussão democrática em torno das divergências do programa da chapa. Os pontos polêmicos foram: 1) Sobre a bandeira "Oposição ao governo Lula", indicada pelo PSTU, e "Oposição Revolucionária ao governo Lula", proposta pelo POR. Aqui estava colocada a caracterização do governo Lula. Criticamos por não deixar expresso o conteúdo de classe da bandeira, pois a simples colocação de Oposição pode se confundir com o oposicionismo burguês e a via da disputa eleitoral. Enquanto que a bandeira de Oposição Revolucionária traz a caracterização de governo burguês e do método de ação direta de como combatê-lo. 2) A "Independência dos sindicatos/CUT em relação ao Estado e ao governo" e a proposta majoritária de "Debater na base da categoria qual deve ser a relação da Apeoesp com a CUT". Para conseguir a maioria, o PSTU retirou desse ponto a sua conclusão, que era "incluindo no debate a possibilidade de desfiliação da Central". O POR se posici-

onou pela retirada dessa proposta e a aprovação da consigna de independência dos sindicatos/CUT do Estado e do governo por caracterizar que se trata de um erro sectário a cisão da CUT. E mostrou que a abertura do debate sobre “qual deve ser a relação da Apeoesp com a CUT” serve unicamente de máscara para acobertar a política do PSTU de cindir a CUT. Tanto é verdade que o primeiro material expondo o programa aprovado, o PSTU manteve o que havia sido retirado para obter a maioria na Convenção. 3) Em relação a esse mesmo ponto, houve por parte da Frente de Oposição Socialista (FOS) a inclusão da independência não só do Estado como também dos partidos. O POR se opôs mantendo o texto que dizia “independência dos sindicatos em relação ao Estado, governo e aos patrões. Defendeu que se tratava da independência em relação aos partidos burgueses. Mostrou que o sindicalismo classista se apóia nas idéias do partido revolucionário, o que não significa submetê-lo ao partido, o que eliminaria seu caráter histórico de frente única. O PSTU acabou votando

nessa posição anti-marxista da FOS. 4) Sobre o “Plebiscito oficial”. A Oposição Alternativa esteve também unida em torno do plebiscito sobre a Alca. O POR se colocou contra exigir que o governo Lula assuma o plebiscito. Deixou claro que o governo é pela Alca. E que a derrota da Alca depende da mobilização direta dos trabalhadores. 4) A posição sobre a política de cotas. Eis a formulação: “campanha nacional pelas ações afirmativas e pelas cotas para negros/as nas universidades públicas e no serviço público (de acordo com o percentual de cada região). O POR se opôs dizendo que as cotas de negros para as universidades e as ações afirmativas são propostas do PT. Não por acaso que para acobertar a Reforma privatista do ensino superior, o governo Lula teve de incluir as cotas de negros e pobres. E que a reivindicação dos negros é a mesma da maioria da população pobre, que é o acesso ao ensino em todos os níveis, o que inviabiliza qualquer ação de seleção por meio de cotas. 6) Houve concordância na defesa da mais ampla democracia sindical para a Apeoesp, na estatização do en-

sino, no combate ao intervencionismo imperialista e pela autodeterminação dos povos, na luta contra o capitalismo e defesa do socialismo, proposto pelo POR.

Sobre a proporcionalidade na composição da chapa

O problema foi a votação contrária de se constituir a chapa a partir da proporcionalidade direta na Convenção. O PSTU e outras correntes, com o argumento do horário e da saída de muitos professores, propuseram a formação de uma comissão e não havendo concordância nessa comissão, nova plenária seria convocada. O POR se opôs defendendo a democracia direta para a constituição da chapa frentista. Como foi minoritário, a comissão foi constituída.

Reunião da Comissão

O POR apresentou uma crítica à posição das correntes sobre a questão da proporcionalidade, que foi lida e debatida na comissão. Reproduzimos abaixo:

Sobre o critério de formação da chapa da Oposição Unificada

1. O fato da plenária não decidir pela composição da chapa frentista mostrou uma incoerência que poderia comprometer a unidade das correntes. O POR insistiu que se aplicasse o critério de proporcionalidade. Da mesma maneira que se votou os pontos divergentes do programa, o correto seria fazer o mesmo com a formação da chapa. A proporcionalidade direta asseguraria a presença de todas as correntes.

2. Aprovou-se que uma comissão, representada por todas as correntes, constituiria a composição da chapa. E caso não houvesse acordo, nova plenária seria convocada. Essa solução mostra que não se deu a devida importância ao método democrático de constituir uma chapa frentista. Houve uma quebra do acordo sobre a pauta da plenária, que constava do debate de programa e definição da chapa. Foi imposto ao POR uma mudança de pauta sobre a forma de eleição. Consideramos esse fato, uma quebra da democracia, base sobre a qual o POR condicionou sua presença na plenária e decidiu agir disciplinadamente.

3. A justificativa para a mudança da

pauta foi a de que o local tinha de ser entregue às 18 horas. Quanto a isso, a plenária iniciou com uma hora e meia de atraso porque a Oposição Alternativa realizou uma reunião pela manhã e não chegou no horário estabelecido. No entanto, não era essa irresponsabilidade a causa. O problema estava em que houve duas Convenções. No momento em que o POR defendeu a proporcionalidade, um companheiro da Alternativa colocou-se contra usando o argumento de que na plenária pela manhã havia mais 600 representantes e que boa parte não estava presente. Reivindicou que, caso fosse feita a eleição no plenário, considerasse a presença da parte da manhã. Essa observação foi questionada pelo PSTU. No entanto, o absurdo ficou evidenciado como parte de um processo anterior contraditório com a democracia da plenária. Em resposta, ao invés de se afirmar a soberania da plenária, o PSTU e demais correntes optaram por uma saída antidemocrática.

4. O POR manteve-se na plenária unificada acatando a decisão antidemocrática. Isso por que é parte de uma ex-

periência frentista com a Oposição Alternativa, da qual estivemos separados em outras eleições sindicais, em uma situação que exige a frente classista para derrotar a burocracia petista. Acatamos essa decisão, mas não aceitamos a conduta que quebrou o acordo de pauta. Eis por que trazemos para a reunião da comissão nossa crítica. É preciso que haja total respeito à democracia na unidade frentista.

O PSTU e parte da Oposição Alternativa apresentaram uma proposta de chapa, onde havia um cargo para ser disputado entre o POR e a FOS. O POR se colocou contra. A FOS também se opôs. Depois de longo debate em que o PSTU e setores da Oposição Alternativa se colocaram contra convocar uma nova plenária, não houve outro meio senão acatarem o que eles mesmos haviam aprovado na Convenção. Por isso, no dia 7 de maio haverá nova plenária. O POR atuará na defesa de democracia para a constituição da chapa e trabalhará para que a convenção tenha esse caráter.

Corrente Proletária da Educação - Programa para as eleições da Apeoesp

Apresentamos abaixo trechos da proposta de programa apresentada pela Corrente Proletária à Convenção da Oposição Unificada à diretoria da Apeoesp:

1 Total independência da Apeoesp/CUT em relação ao Estado e seus governos

- a) Fim da política de colaboração da Apeoesp e da CUT aos governos
- b) Reconquistar a Apeoesp e a CUT para a luta dos trabalhadores
- c) Fim da submissão da Apeoesp ao governo Lula. Oposição Revolucionária a suas reformas neoliberais

2. Enfrentar com nossos métodos a reforma educacional dos governos Lula, Alckmin e Serra

Retomar o método da ação direta para impor as reivindicações

3. Combater o divisionismo imposto aos professores

Para conquistar as reivindicações necessitamos de uma direção verdadeiramente de luta, que se coloca pela unidade dos trabalhadores para derrotar as medidas de ataque dos governos.

4. Defender a escola pública é se colocar por um único sistema de ensino, público, gratuito, laico, vinculada à produção social e sob o controle de quem trabalha e estuda.

- a) Fim da reforma educacional do FMI/Banco Mundial/Lula/Alckmin/Serra;
- b) Abertura de todas as escolas, turnos e salas que foram fechadas e criação de mais escolas para que nenhuma criança/jovem/adulto fique sem estudar e que nenhum profissional da educação fique sem emprego;
- c) Rechaço à municipalização e à reforma do ensino médio, que vem se materializando com o fechamento de escolas, as telessalas, o ensino à distância, em rede, os supletivos de final de semana, rebaixamento salarial e destruição de conquistas do Plano de carreira;
- d) Extinção do Fundef e do Fundeb por serem instrumentos da partilha das miseráveis verbas destinadas à educação. Ampliação dos recursos à escola pública, fim dos subsídios às privadas, não retirada de parte do dinheiro da educação por meio da DRU;
- e) Fim da coexistência entre o ensino público e o privado, que privilegia o particular e sucateia o gratuito. Criação de um único sistema estatal e gratuito sob o controle de quem trabalha e estuda;
- f) Eliminação de todas as formas de seleção para o acesso aos níveis de ensino. Fim dos vestibulares e vestibulinhos. Acesso livre do infantil à universidade. A seleção é a via para impedir que a juventude pobre atinja os níveis mais avançados de escolaridade;
- g) Combate aos mecanismos de avaliação criados pelas reformas governamentais (Saresp, Saeb, Enem, Enade etc). E que toda avaliação seja resultado do trabalho coletivo entre professores e estudantes;
- h) Um ensino científico, portanto laico, sem interferência religiosa e que esteja vinculado à produção social. Um ensino que una a teoria e a prática. Que esteja em oposição à exploração infantil e juvenil. E que possa desenvolver as capacidades físico-mentais dos estudantes.

5 Defesa das condições de ensino e trabalho

- a) Salas de aula com 25 alunos;
- b) Recursos didáticos em todas as unidades escolares;
- c) Funcionamento das bibliotecas e laboratórios

d) Contratação de funcionários para todas as unidades escolares. Fim das cooperativas e frentes de trabalho;

e) Redução da jornada de trabalho dos professores, sem reduzir o salário, para que ocorra melhoria de ensino e emprego a todos.

f) Defesa de um Plano de Carreira que inclua todas as reivindicações do magistério. Fim da farsa da evolução funcional determinada pelo governo Alckmin.

g) Piso salarial vital, calculado pela assembleia de professores

h) Efetivação de todos os professores que estão na rede. Fim dos contratos temporários (eventual)

6. Construir a unidade dos trabalhadores, com seus próprios métodos

a) As reivindicações da maioria trabalhadora: o salário mínimo vital (necessário para manter uma família de 4 pessoas, calculados pelas assembleias de base), reposição das perdas salariais, emprego a todos implantando a escala móvel de trabalho; nenhuma taxa aos aposentados, fim das reformas antinacionais e antipopulares, saúde e educação gratuitas, moradia e terra aos camponeses pobres;

b) A unidade dos professores com os demais trabalhadores para enfrentar a unidade do governo e dos patrões, que impõem o desemprego, o arrocho salarial, o sucateamento da saúde e educação públicas, e as reformas neoliberais;

c) O método da ação direta, que se constitui nas greves, assembleias unificadas, manifestações coletivas etc;

d) O rechaço à política corporativista dos dirigentes sindicais.

7. Por uma Apeoesp democrática e de luta

a) Uma Apeoesp que organize a luta contra as reformas neoliberais;

b) Uma Apeoesp com a mais ampla democracia sindical: controle das bases sobre sua direção e de todos os recursos financeiros; soberania das assembleias; congresso de delegados eleitos nas escolas; proporcionalidade direta para todas as instâncias;

c) Uma Apeoesp em que seu funcionamento seja decidido por suas instâncias coletivas e de base;

d) Uma Apeoesp apoiada na unidade e nos métodos próprios do proletariado;

e) Uma Apeoesp que sirva de instrumento da luta de classe contra a burguesia e seu Estado.

8. Defesa de uma sociedade sem exploradores e explorados

a) Fim da guerra imperialista dos Estados Unidos sobre o Iraque. O fim do intervencionismo militar das potências sobre as nações pobres;

b) Fim da Alca, que é a forma dos Estados Unidos aumentarem o saque na América Latina;

c) Fim do intervencionismo econômico, que está materializado nos planos neoliberais;

d) Rompimento com o imperialismo. Não pagamento das dívidas interna e externa, fim de todos os acordos com o FMI/BIRD;

e) Fim do sistema capitalista. Transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, por meio da revolução social. Por uma sociedade socialista.

Movimento popular em Fortaleza:

MCP realiza assembléia geral da cidade para entregar pauta de reivindicação à prefeitura

O movimento dos conselhos populares (MCP) realizou no dia 09/04 no ginásio Aécio de Borba, a primeira assembléia popular da cidade. Estiveram presentes cerca de 1000 pessoas, entre representantes dos conselhos populares de vários bairros, estudantes, desempregados etc. O objetivo era de entregar uma pauta de reivindicações imediatas à prefeita Luizianne Lins, que constava de mais recursos para saúde, escolas, habitação para famílias em áreas de risco, desapropriação de terrenos ocupados etc. A prefeita veio acompanhada de seus secretários regionais.

A assembléia do MCP foi propagandeada pelos reformistas (petistas) como um momento em que as comunidades não apenas entregariam suas reivindicações

à prefeita como debateriam com Luizianne os problemas e as propostas de solução. Nada disso ocorreu. Apenas a prefeita pôde falar depois da entrega da pauta. Luizianne ratificou seu discurso de herança maldita, de que os cofres da prefeitura estão com um rombo de 236 milhões etc e etc, tudo para justificar o não atendimento das reivindicações. Também lembrou que o recente protesto que os estudantes fizeram na prefeitura pela revalidação das carteiras de estudantes era promovida por uma "esquerda irresponsável" e que era preciso que a população apoiasse a sua "administração popular" e ficasse em guarda contra as tentativas da burguesia de desgastá-la.

O POR interveio distribuindo panfleto sobre o problema dos transportes e do

movimento estudantil. Defendeu a estatização dos transportes e o passe livre.

As direções do MCP, na sua maioria ligadas ao PT, procuram fazer de tudo para que o movimento não entre em choque com a administração petista. Propõem que o movimento popular espere calmamente pelo atendimento das reivindicações. Ao contrário disso, é preciso impulsionar os setores dentro do MCP para a mobilização direta. O POR trabalha para que o movimento popular saia às ruas para cobrar da prefeitura o atendimento imediato delas. Além disso, encontra-se na ordem do dia a defesa da independência de classe do MCP frente ao estado e seus organismos. Este é o único caminho que permite o avanço das lutas e a vitória do movimento popular.

Metalúrgicos - SP

Balanco das eleições para o Comitê Sindical (CSE)

Nos dias 12 e 13 de abril, aconteceram as eleições para os comitês sindicais de empresas (CSEs), em 99 empresas ligadas ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A Oposição conseguiu lançar chapas apenas na Volkswagen e na Kostal (Autopeças). Na Volks, a Corrente Proletária fez uma frente com o PSTU (Conlutas), e a Esquerda petista, para formar a chapa 2 e disputar com a chapa um (Articulação/PT).

Nós da Corrente Proletária, ao fazermos a frente com a Conlutas, deixamos claro que somos contra o rompimento com a CUT. Colocamos em prática a decisão do Partido (POR) que é a de atuar no interior da CUT como fração de oposição revolucionária, denunciando a burocracia sindical pelega e sua política de parceria com o patronato e apoio ao governo e suas reformas, que tem permitido os acordos de demissão em massa, terceirização e redução de salários e direitos.

Oposição cresce na Volks

A frente de Oposição (Chapa 2), que não tinha nem um diretor no Comitê Sindical, conseguiu avançar nesta eleição, fez 37,2% dos votos válidos na fábrica e elegeu 9 diretores. A chapa um (Articulação/PT), fez 62,8% dos votos e elegeu 16 diretores. A Oposição, que tinha nove representantes na comissão de fábrica, agora tem nove representantes no Comitê Sindical.

A Oposição conseguiu vencer nas alas que representa, alas 2 e 4, ala 3 e ala 13. Agora, que elegeu 9 diretores, a Oposição deve fazer um trabalho forte nas alas 1, 5, 8 e 14, para pôr fim à política do medo que a chapa um faz e que é uma barreira para organizar a luta unificada dos trabalhadores contra os ataques da Volks aos direitos dos trabalhadores.

A chapa um, durante toda a campanha, se mostrou a chapa da empresa e do governo. Chapa da empresa, porque sua única proposta era a de reno-

var o acordo de semana de quatro dias, que reduz a jornada e os salários em 15%, e o Banco de Horas, que é outra forma de flexibilização utilizada pelos capitalistas para manterem seus lucros.

É chapa do governo porque defende a reforma sindical, que tem como objetivo atrelar ainda mais os sindicatos ao Estado, dar maior poder aos super pelegos, acabar com a soberania das assembléias e com o direito de greve que é o método próprio da classe operária lutar contra a exploração capitalista.

O avanço da Oposição mostra que os trabalhadores começaram a dizer não a política de parceria da chapa um. É o primeiro passo para tirar o sindicato das mãos da burocracia pelega e construir uma direção classista, democrática e independente dos patrões e do governo.

A frente de Oposição teve como programa:

1. A redução da jornada sem redu-

ção de salários.

2. Defender a democracia operária, que significa o direito de todas as correntes políticas se expressarem nas assembleias e distribuírem seus boletins.

3. Defender um sindicato de luta, classista, democrático e independente dos patrões e do governo.

4. Que todas as propostas sejam discutidas primeiro em plenárias com os trabalhadores e só depois encaminhadas à fábrica.

5. Lutar para que a empresa emita a CAT (comunicação de acidente de trabalho), aos doentes profissionais.

6. Lutar contra a reforma sindical e trabalhista, que retira direitos trabalhistas.

O CSE não é uma forma democrática de eleger a direção do sindicato

Apesar de termos participado das eleições para o Comitê Sindical de empresa (CSE), nós da Corrente Proletária denunciemos os Comitês Sindicais como um instrumento burocrático criado pela direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC, para não permitir que todos os trabalhadores participem da eleição da direção do sindicato.

Entendam porque: antes dos Comitês Sindicais, todos os trabalhadores poderiam se candidatar em uma chapa para concorrer à direção do sindicato. Hoje, primeiro existem as eleições em todas as fábricas para os Comitês Sindicais, e somente os diretores eleitos nos comitês podem fazer parte da chapa para disputar a direção do sindicato.

O grande problema dos comitês está na forma indireta que foi criada para eleger a direção do Sindicato. Exemplo disso é a eleição que acontecerá dia 31/05 para eleger a direção do Sindicato, em que haverá apenas uma chapa, que é a da burocracia (Articulação/PT). Como a Oposição conseguiu eleger apenas nove diretores na Volks, não poderá lançar uma chapa para disputar a dire-

ção do Sindicato. Antes da existência dessa forma indireta, qualquer grupo de trabalhadores poderia lançar uma chapa de oposição e concorrer à direção do sindicato.

A Corrente Proletária defende a democracia operária, que garante total liberdade de organização e manifestação das várias correntes do movimento operário e sua participa-

ção no sindicato, de acordo com sua força na base. Por isso somos contra qualquer tipo de filtro ou eleição indireta para a diretoria do sindicato. E defendemos a total independência do sindicato e das organizações dos trabalhadores em relação aos patrões. Os comitês de fábrica não podem ter o dedo da empresa. Têm de ser democráticos e de luta (classistas).

Agressão do burocrata aos trabalhadores



A foto acima mostra a violência que a chapa um usou para expulsar a Oposição Chapa 2 do sindicato logo após o resultado da eleição para o comitê sindical, onde a Oposição conseguiu 37,21% dos votos, e elegeram 9 diretores para o Comitê Sindical de Empresa (CSE).

Após o resultado da eleição o Coordenador do Comitê Sindical, Vagnão, começou a gritar: "Vamos expulsar, fora Oposição, pau na Oposição". A Oposição (que estava lá com apenas cinquenta companheiros) ao descer as escadas foram atingidos por socos e pontapés pela Chapa um, (que tinha um batalhão de mais de trezentos). A chapa um ao partir para a agressão, não respeitou a decisão dos trabalhadores que votaram na Oposição.

A chapa um ao invés de agredir a Oposição deveria fazer uma autocrítica para saber o porque 37,21% dos trabalhadores da Volks votaram na Chapa 2. Certamente, entenderiam que o problema está na sua política de parceria com a empresa que só trouxe prejuízo para os trabalhadores nos últimos anos. Os trabalhadores estão começando a enxergar que é possível mudar, levantar a cabeça e lutar por suas reivindicações vitais que são, emprego e salário, através da ação direta que é o método próprio da classe operária.

Os trabalhadores da Volks devem condenar o método violento utilizado pela Chapa um e defender a democracia operária, que é o direito de todas as correntes políticas se expressarem, distribuírem seus boletins, participarem das eleições e deixar que os trabalhadores decidam quais as melhores propostas e quem deverá representá-los.

Nesta edição:

- Espanha: As eleições no país basco e o problema nacional na Espanha
 - Bolívia: 50%, engano do direitista MAS
- Não explica que com 50% as petroleiras são donas do país



Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Espanha

As eleições no país basco e o problema nacional na Espanha

No dia 17 de abril realizaram-se importantes eleições autônomas em Euskadi, no momento muito delicado dentro da discussão entre o Estado e as autonomias Basca e Catalã. A Constituição de 1978 procurou bloquear as reivindicações das nacionalidades históricas, criando o Estado das Autonomias, mas, 25 anos depois, o problema está mais conturbado do que antes. Essas eleições, longe de consolidar os projetos do Governo central ou do chamado Plano Ibarretxe (a proposta do governo basco de um novo marco de relações com a Monarquia), vêm consolidar as correntes mais independentistas. Pouco serviu sua antidemocrática ilegalidade. Afinal, por meio de uma manobra dando seu apoio a um grupelho desconhecido, conseguiu 9 deputados, dois a mais do que na convocatória anterior, em plena campanha de atentados terroristas do ETA. Entretanto, o PNV de Ibarretxe, o partido que até agora governou em Euskadi, declinou de forma notável, igualmente ao ultraconservador e centralista PP. O PSOE cresceu consideravelmente sua representação, mas permaneceu longe de suas próprias expectativas. O resultado complicou as coisas mais do que já estavam, tornando mais difícil ainda qualquer saída.

A Constituição de 1978 consagrou um Estado estruturado pela Monarquia, que sintetizava tudo o que há de antidemocrático e centralista da herança franquista. A construção do que se veio a chamar de "Estado das Autonomias", pelo qual se concedia um limitado grau de autonomia a cada uma das regiões, não era outra coisa senão "um café para todos", um intento para dissolver as reivindicações das nacionalidades históricas num marco regionalista. Para isso, era imprescindível a colaboração dos partidos nacionalistas burgueses e sua fidelidade à Monarquia. Durante mais de vinte anos, manteve-se um difícil equilíbrio pleno de choques, em que, a cada conquista das nacionalidades históricas, o governo central desenvolvia uma lei orgânica que a retalhava. Um complexo jogo político em que os partidos burgueses nacionalistas, especialmente o principal partido catalão Convergência e União, apoiou alguns dos governos do PSOE e posteriormente do PP, convertendo-se em

Correspondente da Espanha

forças importantes para o governo da Monarquia, enquanto que em outros momentos, entravam em duros conflitos com este. Semelhante jogo levou a uma profunda crise alguns desses partidos burgueses, cuja colaboração foi essencial para a Monarquia.

Depois de vinte anos de funcionamento do Estado da Autonomias, os governos autônomos assumiram partes importantes das competências na Educação, Saúde etc, ao mesmo tempo em que se renovou um centralismo que os impede, por exemplo, a imprescindível capacidade de financiar o desenvolvimento destas competências. De forma crescente, agudizaram-se os conflitos entre o Estado e as nacionalidades históricas em um novo contexto em que o desenvolvimento autônomo potenciou partidos e reivindicações nacionalistas em alguns territórios e um regionalismo crescente no restante das regiões. Nesse difícil equilíbrio, o governo Aznar lançou um ataque frontal contra as conquistas nacionalistas e autônomas, mascarando sua ofensiva na luta contra o terrorismo do ETA. Para isso, recorreu ao mais rançoso nacionalismo espanhol, exacerbando os ódios e tensões entre as regiões. Uma ofensiva que teve um notável êxito ideológico, fazendo desaparecer da discussão política qualquer reivindicação social e estabelecendo uma equivalência entre nacionalismo e terrorismo. Esta ofensiva, a que se somou o PSOE, disparou o conflito entre as nacionalidades e o Estado, tornando inviável o marco autônomo da Constituição de 1978.

O problema nacional na Espanha continua plenamente vivo, criando tensões cada vez maiores. A política da esquerda abertzale não tem sido nem será a solução. O terrorismo do ETA levou a uma grave crise à esquerda abertzale e sua atuação é um obstáculo para a mobilização do povo basco. Nesse momento, tanto o ETA como a direção de Batasuna parecem dispostos a participar nos planos de reforma do Estatuto do Governo do Estado. Somente uma direção revolucionária que consiga articular a reivindicação do direito a autodeterminação e as reivindicações dos trabalhadores poderá dar uma solução ao problema nacional da Espanha.

Bolívia

50%, engano do direitista MAS Não explica que com 50% as petroleiras são donas do país

O MAS tem demonstrado ilusão quando acredita que conseguir 50% de impostos é o máximo, ou seja, acredita que uma lei prenderá as multinacionais e, assim, os bolivianos serão felizes sem a necessidade da revolução.

As multinacionais são o câncer da destruição da Bolívia, é urgente expulsá-las. Elas organizam o fascismo para sangrar as massas. O MAS é o seu melhor instrumento para distrair a luta e a organização do povo. A influência negativa do MAS ajuda os enfraquecidos fascistas.

Tudo é mentira e traição do MAS. Aliou-se ao vendido Mesa, pediu para se aguardar leis patrióticas do parlamento, na luta contra os direitistas, seu sectarismo impediu o avanço dos setores populares, somou-se ao restante dos politiquieiros rechaçando a renúncia de Mesa e dando lugar à entrega do gás às multinacionais. Não é revolucionário e nem capaz de desentruar a situação e orientar a luta.

O MAS sempre foi um movimento para satisfazer as ambições de poder de dirigentes camponeses que, com o engano do "instrumento político", surpreenderam os sindicatos desvirtuando-os, negando sua essência democrática e transformando-os em partido político onde já não se pode pensar diferentemente, impulsionando paralelismo e divisão no movimento camponês.

Evo Morales se beneficiou da luta heróica dos cocaleiros para ganhar fama, apesar de sabotar mobilizações e bloqueios, e só queria diálogos.

Como o MAS postula a moral imperialista que assinala que a cocaína é "vício da humanidade" que todos devem combater, ao invés de defender a coca, acabou aceitando a perseguição da folha, a "erradicação voluntária", levando os cocaleiros a esmolar um khato, ou seja, à derrota, dizimados, famintos e vivendo



O enfrentamento por meio da luta de massa é a via em que as massas bolivianas se apegam



Revoltas na Bolívia caminham para a revolução social

na miséria, enquanto Evo sobe como uma espuma.

Evo se envolveu num mito com a energia dos cocaleiros, disfarçado de partido de esquerda, rodeado de todo o tipo de oportunistas, sem outro programa senão o de chegar à Presidência, e com o apoio direto ou indireto da embaixada norte-americana e de politiquieiros do Parlamento, que o atacaram com fúria. Assim se potenciou eleitoralmente e sua ambição cresceu ainda mais.

Nem sequer liderou a luta popular de outubro de 2003, que expulsou Goni, mas se serviu dela para se encher e aparecer em nível mundial como líder da luta na Bolívia. Embriagado de ambição e de seu momentâneo êxito, com propaganda gratuita dos setores mais conservadores, chamando a defender a inexistente democracia, arrastou os incautos a assumir posições passivas, de diálogo, passando do protesto para a proposta.

É por isso que, em vez de luta para expulsar as petroleiras, impulsionou com Mesa o falacioso "Referendum" e a Constituinte. Tudo distracionismo.

Somente o governo operário e camponês, surgido da revolução confiscará as multinacionais, para, pela primeira vez, beneficiar as maiorias bolivianas com os recursos naturais.

A revolução se projetará no Plano Internacional, orientando a luta das massas à derrota definitiva do imperialismo, baseando-se na urgência de uma América Latina Socialista.

(Extraído do Jornal Massas nº1943 (6 de abril de 2005), órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Nova lembrança

Recordemos que o PSTU que prima por difamar o POR boliviano como nacionalista, defendeu no processo revolucionário um governo de Evo Morales e Solares (dirigente da COB).